



A IMPORTÂNCIA DOS PLANOS DIRETORES COMO INSTRUMENTO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E O CASO DE CRUZ ALTA/RS

KOGLER, Sâmia Laís¹; MARDINI, Elissa²; SILVA, Gustavo Ferreira³; SCHWANZ,
Angélica Kohls⁴

Este trabalho tem por objetivo discutir o papel dos Planos Diretores como instrumentos de Salvaguarda do Patrimônio Cultural e sua implementação e faz parte da pesquisa intitulada “Identificação e Delimitação das áreas de Interesse cultural no município de Cruz Alta/RS”. No Brasil, o Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, se configura como um marco regulatório das políticas de planejamento dos municípios e é onde estão previstas as diretrizes fundamentais de interesse social e de equilíbrio ambiental, em seu artigo 2º, parágrafo XII estabelece que a política urbana “deve ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana mediante, dentre outras medidas a – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (BRASIL, 2001). A partir desta premissa o Estatuto da Cidade tem orientado a elaboração dos Planos Diretores e prevê a criação das Zonas Especiais de Interesse Cultural, como estratégia de gestão e planejamento. Porém em muitos municípios, incluindo Cruz Alta, esta estratégia prevista no Plano Diretor, em concordância ao que diz o Estatuto da Cidade, não é efetivamente implementada, gerando um conflito entre o discurso oficial e a prática. Assim este trabalho busca compreender a articulação entre os instrumentos previstos em lei e sua real aplicação. Para isso foi elaborada uma pesquisa bibliográfica nos principais instrumentos de planejamento urbano e na legislação local e confrontados com a prática. A partir dessa análise pode-se perceber que as políticas de salvaguarda apresentam uma conciliação com os princípios de proteção em âmbitos estaduais e federais, no entanto o município não apresenta uma política ativa de salvaguarda de seus bens patrimoniais, tendo como principal empecilho a especulação imobiliária e a falta de políticas integradas de desenvolvimento, que incluam a salvaguarda do patrimônio histórico/cultural. Essa situação fica evidente quando se analisa o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Cruz Alta (PDDUA), aprovado em 2007, que previa a elaboração de um Plano de Preservação Histórico-Cultural, não realizado até hoje. Cruz Alta se destaca por sua importância histórica no estado do Rio Grande do Sul, além de apresentar em sua paisagem urbana uma diversidade arquitetônica, que reúne variados estilos e elementos que o caracterizam, assim como uma diversidade cultural também expressa nessa paisagem, assim torna-se urgente a valorização deste legado através de uma política integrada de desenvolvimento e sua efetiva implementação.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Plano Diretor. Salvaguarda do Patrimônio. Cruz Alta.

¹ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicruz (voluntária da pesquisa). laiskogler@gmail.com.

² Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicruz (voluntária da pesquisa). elissa.mardini@gmail.com.

³ Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unicruz. gustavo_ferreira@outlook.com.

⁴ Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicruz (coordenadora da pesquisa), PIBIC/Unicruz. aschwanz@unicruz.edu.br.